

# **EDITAL VERTICALIZADO**

**PREFEITURA DE PETROLINA/PE -  
GUARDA MUNICIPAL DE PETROLINA**



**A CASA DO  
SIMULADO**

# CONCURSO DE PREFEITURA DE PETROLINA – PE

## CARGO: GUARDA MUNICIPAL DE PETROLINA

### INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:** 05/05/2019 às 14 horas.

**BANCA:** IDIB.

**ETAPAS DO CONCURSO:**

#### 1ª ETAPA:

- 1ª Fase: Prova objetiva de conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, composta de questões de múltipla escolha, de acordo com o conteúdo programático a ser indicado no Edital.
- 2ª Fase: Teste de Aptidão Física (exigência de atestado médico comprovando boas condições de saúde para execução), de caráter eliminatório.
- 3ª Fase: Avaliação psicológica, de caráter eliminatório.
- 4ª Fase: Apresentação de Exames Médicos (com exigência de toxicológico), com avaliação pela Banca, de caráter eliminatório.
- 5ª Fase: Investigação Social, de caráter eliminatório.

#### 2ª ETAPA:

- 1ª Fase: Fase teórica do Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório e classificatório;
- 2ª Fase: Fase Prática do Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório e classificatório.

### PROVAS OBJETIVAS

---

**DURAÇÃO:** 4 horas.

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 60 - Estilo de múltipla escolha.

**PONTUAÇÃO TOTAL:** 100.

#### DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIAS DAS PROVAS OBJETIVAS

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Língua Portuguesa	10	2	20
Raciocínio Lógico	05	1	05
Informática	05	1	05
Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal	20	2	40
Noções de Direito Constitucional	10	2	20
Noções de Direito Administrativo e de Legislação de Trânsito	10	1	10

# LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3. Domínio da ortografia oficial.					
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2. Emprego de tempos e modos verbais.					
5. Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1. Emprego das classes de palavras.					
5.2. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4. Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5. Concordância verbal e nominal.					
5.6. Regência verbal e nominal.					
5.7. Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8. Colocação dos pronomes átonos.					
6. Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1. Significação das palavras.					
6.2. Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					
7. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).					
7.1. Aspectos gerais da redação oficial.					
7.2. Finalidade dos expedientes oficiais.					
7.3. Adequação da linguagem ao tipo de documento.					
7.4. Adequação do formato do texto ao gênero.					

# RACIOCÍNIO LÓGICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
Problemas de raciocínio lógico envolvendo os seguintes assuntos:					
1. Estruturas lógicas;					
2. Lógica de argumentação;					
3. Diagramas lógicos;					
4. Tautologias;					
5. Proposições;					
6. Teoria dos conjuntos;					
7. Análise combinatória;					
8. Noções de estatística e probabilidade.					

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).					
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes BrOffice e Microsoft Office - Excel e PowerPoint).					
3. Redes de computadores.					
3.1. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.					
3.2. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).					
3.3. Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).					
3.4. Sítios de busca e pesquisa na Internet.					
3.5. Grupos de discussão.					
3.6. Redes sociais.					
3.7. Computação na nuvem ( <i>cloud computing</i> ).					
4. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.					
5. Segurança da informação.					
5.1. Procedimentos de segurança.					
5.2. Noções de vírus, worms e pragas virtuais.					
5.3. Aplicativos para segurança ( <i>antivírus, firewall, anti-spyware</i> etc.).					
5.4. Procedimentos de <i>backup</i> .					
5.5. Armazenamento de dados na nuvem ( <i>cloud storage</i> ).					

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Princípios básicos. Crime e Contravenção Penal.					
2. Aplicação da lei penal.					
2.1. A lei penal no tempo e no espaço.					
2.2. Tempo e lugar do crime.					
2.3. Lei penal excepcional, especial e temporária.					
2.4. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.					
2.5. Pena cumprida no estrangeiro.					
2.6. Eficácia da sentença estrangeira.					
2.7. Contagem de prazo.					
2.8. Frações não computáveis da pena.					
2.9. Interpretação da lei penal.					
2.10. Analogia.					
2.11. Irretroatividade da lei penal.					
2.12. Conflito aparente de normas penais.					
3. O fato típico e seus elementos. Tipicidade e causas de exclusão.					
3.1. Crime consumado e tentado.					
3.2. Pena da tentativa.					
3.3. Concurso de crimes.					
3.4. Ilícitude e causas de exclusão.					
3.5. Excesso punível.					
3.6. Culpabilidade.					
3.6.1. Elementos e causas de exclusão.					
4. Imputabilidade penal.					
5. Concurso de pessoas.					
6. Crimes contra a pessoa.					
7. Crimes contra o patrimônio.					
8. Crimes contra a dignidade sexual.					

<b>9. Crimes contra a fé pública.</b>					
<b>10. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da Justiça.</b>					
<b>11. Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos). Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/1965). Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997). Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações).</b>					
<b>12. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.</b>					

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
1.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
2. Inquérito policial.					
3. Ação penal.					
4. Competência.					
5. Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão.					
5.1. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).					
6. Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros.					
7. Prisão e liberdade provisória. Das medidas cautelares diversas da prisão.					
7.1. Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária).					
8. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.					
9. Habeas corpus e seu processo. Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995). Investigação Criminal (Lei nº 12.830/2013). Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).					
10. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.					

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</b>					
<b>1.1. Princípios fundamentais.</b>					
<b>1.2. Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.</b>					
<b>2. Aplicabilidade das normas constitucionais.</b>					
<b>2.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada.</b>					
<b>2.2. Normas programáticas.</b>					
<b>3. Direitos e garantias fundamentais.</b>					
<b>3.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.</b>					
<b>3.2. Remédios Constitucionais.</b>					
<b>4. Organização político-administrativa do Estado.</b>					
<b>4.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.</b>					
<b>5. Administração pública.</b>					
<b>5.1. Disposições gerais, servidores públicos.</b>					
<b>6. Poder executivo.</b>					
<b>6.1. Atribuições e responsabilidades do presidente da República.</b>					
<b>7. Poder legislativo.</b>					
<b>7.1. Estrutura.</b>					
<b>7.2. Funcionamento e atribuições.</b>					
<b>7.3. Processo legislativo.</b>					
<b>7.4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.</b>					
<b>7.5. Comissões parlamentares de inquérito.</b>					
<b>8. Poder judiciário.</b>					
<b>8.1. Disposições gerais.</b>					
<b>8.2. Órgãos do poder judiciário.</b>					
<b>8.2.1. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.</b>					
<b>8.2.1.1. Composição e competências.</b>					

<b>9. Funções essenciais à justiça.</b>					
<b>9.1. Ministério Público, Advocacia Pública.</b>					
<b>9.2. Defensoria Pública.</b>					
<b>9.3. Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas.</b>					

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1. Estado, governo e administração pública.</b>					
1.1. Conceitos.					
1.2. Elementos.					
<b>2. Direito administrativo.</b>					
2.1. Conceito.					
2.2. Objeto.					
2.3. Fontes.					
<b>3. Ato administrativo.</b>					
3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.					
3.2. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação.					
3.3. Decadência administrativa.					
<b>4. Poderes da administração pública.</b>					
4.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.					
4.2. Uso e abuso do poder.					
<b>5. Regime jurídico-administrativo.</b>					
5.1. Conceito.					
5.2. Princípios expressos e implícitos da administração pública.					
<b>6. Responsabilidade civil do Estado.</b>					
6.1. Evolução histórica.					
6.2. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.					
6.2.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado.					
6.2.2. Responsabilidade por omissão do Estado.					
6.3. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.					
6.4. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.					
6.5. Reparação do dano.					
6.6. Direito de regresso.					
<b>7. Serviços públicos.</b>					

<b>7.1. Conceito.</b>					
<b>7.2. Elementos constitutivos.</b>					
<b>7.3. Formas de prestação e meios de execução.</b>					
<b>7.4. Delegação: concessão, permissão e autorização.</b>					
<b>7.5. Classificação.</b>					
<b>7.6. Princípios.</b>					
<b>8. Organização administrativa.</b>					
<b>8.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.</b>					
<b>8.2. Administração direta e indireta</b>					
<b>8.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</b>					
<b>8.4. Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.</b>					
<b>9. Controle da administração pública.</b>					
<b>9.1. Controle exercido pela administração pública.</b>					
<b>9.2. Controle judicial.</b>					
<b>9.3. Controle legislativo.</b>					
<b>9.4. Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992.</b>					
<b>10. Processo administrativo.</b>					
<b>10.1. Lei nº 9.784/1999.</b>					
<b>11. Licitações e contratos administrativos.</b>					
<b>11.1. Legislação pertinente.</b>					
<b>11.1.1. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.</b>					
<b>11.1.2. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</b>					
<b>11.1.3. Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).</b>					
<b>11.1.4. Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e suas alterações.</b>					

## NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (institui o Código de Trânsito Brasileiro — CTB).					
2. Decreto nº 4.711/2003 (dispõe sobre a Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito — SNT).					
3. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações: 04/1998; 14/1998; 24/1998; 26/1998; 32/1998; 36/1998; 92/1999; 110/2000; 160/2004; 197/2006; 205/2006; 210/2006; 211/2006; 216/2006; 227/2007 (exceto os seus anexos); 231/2007; 242/2007; 253/2007; 254/2007; 258/2007; 268/2008; 273/2008; 277/2008; 289/2008; 290/2008; 292/2008; 349/2010; 356/2010; 360/2010; 371/2010 (exceto as fichas); 396/2011; 432/2013; 441/2013; 453/2013; 471/2013; 508/2014; 520/2015; 525/2015; 552/2015; 561/2015 (exceto as fichas); 573/2015; 598/2016; 619/2016; 624/2016; 643/2016; 720/2017; 723/2018; 735/2018.					